



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
JUCESC)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA

18/814862-0

Matrícula (da sede ou da filial
quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA
NATUREZA
JURÍDICA

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE
AUXILIAR DO COMÉRCIO

03115028

2062



REQUERIMENTO

º SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81800000632743
DBE não analisado.
Emitida em 01/10/2018 - V3

ME: TELTEC SOLUTIONS LTDA

quer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	002			ALTERAÇÃO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
		051	1	Consolidação de Contrato/Estatuto

ORIANÓPOLIS
10/2018

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: DIEGO BRITES RAMOS

Assinatura:

Telefone de contato: (48)33480406 juridico@contabsc.com.br

USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

me(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s)

SIM

☐ SIM

Processo em ordem.

À decisão.

NÃO

☐ NÃO

Data

Data

Responsável

Data

Responsável

Responsável

CISÃO SINGULAR

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

Raul Roberto Weiss
Representante da FCDL/SC
raulweiss@jucesc.sc.gov.br
Fone (48) 8401-2530

Data

Responsável

CISÃO COLEGIADA

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

SERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018



TELTEC SOLUTIONS LTDA
17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ nº 04.892.991/0001-15
NIRE 42203115028

Alexandre Matos da Silva Pires de Moraes, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 06/06/1975, natural de Feira de Santana – BA, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade nº 1467233-DF e CPF nº 665.072.861-68, residente e domiciliado na SQN 310, Bloco F, apto. 401, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.756-060;

Baltic Participações Ltda., com sede na Rua Miguel Daux, 100, sala 01, Bairro Coqueiros, Florianópolis/ SC, CEP 88.080-220, inscrita no CNPJ sob o nº 26.629.299/0001-31 e com registro na Junta Comercial de Santa Catarina sob o NIRE nº 42205538864, neste ato representada por seu Sócio Administrador **Diego Brites Ramos**, brasileiro, casado em comunhão Parcial de bens, nascido em 25/01/1978, natural de Florianópolis SC, Engenheiro Eletricista, portador da Cédula de Identidade nº 1.575.752/SSP/SC e CPF nº 004.436.379-62, residente e domiciliado na Rua Esteves Junior, nº 680, apto. 901, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130;

Cesar Henrique Schmitzhaus, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 26/10/1983, natural de Estancia Velha/ RS, analista de Sistemas, portador da Cédula de Identidade número 1083153245, SSJ/ RS e CPF 003.543.910-62, residente e domiciliado na Rua Professor Egídio Ferreira, nº 271, apto 502-H, Capoeiras, Florianópolis/ SC, CEP: 88090-500,

Únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada **Teltec Solutions Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.892.991/0001-15 e registrada na JUCESC sob nº 42203115028 em 15/02/2002, com sede estabelecida a Rua Miguel Daux, 100, Bairro Coqueiros, Florianópolis, SC, CEP 88.080-220, resolvem, por deliberação unânime, alterar e consolidar seu Contrato Social, de acordo com as seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª: Decidem alterar o endereço da filial, em processo de constituição no estado de São Paulo, para o seguinte endereço: Rua Gomes de Carvalho, nº 1666, 2º andar, conjunto 21, Vila Olímpia, São Paulo/ SP, CEP: 04547-006.

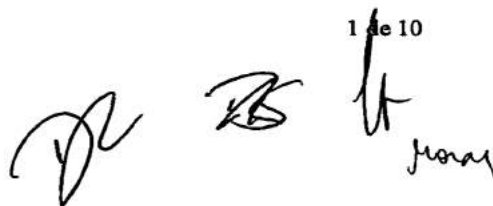
Permanecem inalteradas as demais cláusulas, vindo os sócios de comum acordo consolidar a alteração contratual como segue:

CONSOLIDAÇÃO

Capítulo I – Denominação social, sede, filiais, objeto social e duração da Sociedade

Cláusula 1ª – A Sociedade Empresária do tipo Sociedade Limitada denomina-se **Teltec Solutions Ltda.**

Parágrafo Único – A Sociedade tem como título do estabelecimento o nome de **TELTEC SOLUTIONS.**

1 de 10




Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

10/10/2018

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sua sede e foro localizados na Rua Miguel Daux, 100, Bairro Coqueiros, Florianópolis, SC, CEP 88.080-220.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade tem uma filial situada no SHN Setor Hoteleiro Norte, Quadra 2, Bloco F, Número 87, Sala 1415, parte B, Edifício Executive Office Tower – Asa Norte em Brasília, Distrito Federal, CEP 70.702-060, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 53900368199 e inscrita no CNPJ sob o nº 04.892.991/0003-87.

Parágrafo Segundo – A empresa possui uma filial na Rua Gomes de Carvalho, nº 1666, 2º andar, conjunto 21, Vila Olímpia, São Paulo/ SP, CEP: 04547-006.

Cláusula 3ª – A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, escritórios, agências, sucursais ou outras dependências, em qualquer localidade do país ou e do exterior, mediante deliberação dos quotistas que representem, no mínimo, ¼ (três quartos) do capital social.

Cláusula 4ª – A sociedade tem como objeto social:

- I - o comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações;
- II - a prestação de serviço de intermediação de vendas no atacado de equipamentos e produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações;
- III - a prestação de serviço de consultoria nas áreas de tecnologia da informação, de telecomunicações e de ensino e aprendizagem;
- IV - a prestação de serviço de suporte técnico, manutenção e outros serviços na área de tecnologia da informação e de telecomunicações;
- V - a prestação de serviço de processamento e armazenamento de dados e outros serviços de valor adicionado na internet;
- VI - a prestação de serviço de treinamento e de capacitação técnica de pessoas nas áreas de tecnologia da informação, de telecomunicações e de ensino e aprendizagem;
- VII - o aluguel de máquinas e equipamentos de informática e de telecomunicação;
- VIII - o licenciamento e outorga de cessão de uso de programas de computador e de ativos intangíveis não financeiros;
- IX - a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias, métodos, produtos e programas de computador para aplicação nas áreas de tecnologia da informação, de telecomunicações e de ensino e aprendizagem;
- X - a participação no capital de outras sociedades empresárias;
- XI - Locação de mão-de- obra temporária.

Cláusula 5ª – A Sociedade iniciou suas atividades em 15 de Fevereiro de 2002, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

Capítulo II – Capital social, integralização do capital social, quotas sociais, direitos e deveres dos Sócios

Cláusula 6ª – O capital social totalmente subscrito e integralizado, expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 515.625,00 (quinhentos e quinze mil seiscentos e vinte e cinco reais), dividido em 515.625 (quinhentas e quinze mil seiscentas e vinte e cinco) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, da seguinte forma:

2 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

10/10/2018

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Sócios	Quotas	Valor	Participação
Baltic Participações Ltda	495.000	R\$ 495.000,00	96,00%
Alexandre Matos da Silva Pires de Moraes	15.469	R\$ 15.469,00	3,00%
Cesar Henrique Schmitzhaus	5.156	R\$ 5.156,00	1,00%
TOTAL	515.625	R\$ 515.625,00	100,00%

Cláusula 7ª – A responsabilidade de cada Sócio, face a total integralização realizada neste ato é restrita e limitada na forma do art. 1.052 do Código Civil. Os Sócios não respondem nem solidária e nem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula 8ª – As quotas são indivisíveis em relação a Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais e só podem ser alienadas a terceiro com anuência de sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro – No caso de alienação de cotas sociais por parte do sócio que represente a maioria do capital social, os demais comprometem-se a realizar a venda conjunta (*drag along*) nas mesmas condições dos demais.

Parágrafo Segundo – As quotas representativas do capital social não poderão, em hipótese alguma ser nomeadas a penhora e nem gravadas com ônus de qualquer natureza.

Parágrafo Terceiro – Havendo condomínio de quota social, os detentores desta firmarão documento a ser arquivado na sede da Sociedade onde informarão qual a pessoa exercerá os direitos e deveres relativos à participação societária frente à Sociedade.

Cláusula 9ª – Fica instituído o Direito de Preferência dos Sócios em adquirir cotas entre si e em relação a terceiros. Qualquer dos Sócios somente poderá ceder suas quotas, total ou parcialmente, caso as ofereça previamente aos outros Sócios, por meio de notificações remetidas via AR indicando preço e condições pelas quais pretende efetuar a alienação, o qual poderá(ão) adquiri-las na proporção de sua participação no capital social, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Cláusula 10ª – Os Sócios têm direito de preferência na subscrição de aumento de capital da Sociedade, devendo manifestar-se sobre referida preferência no prazo de até 15 (quinze) dias contados do anúncio/notificação/deliberação do aumento do capital social. O não exercício do direito importa em renúncia. As sobras serão rateadas entre os demais Sócios que manifestaram interesse no prazo de até 05 (cinco) dias da apuração das sobras, na proporção das participações de cada um no capital social.

Cláusula 11ª – O capital social da Sociedade poderá ser aumentado pela subscrição e integralização de novos valores, representados por moeda corrente nacional ou quaisquer bens passíveis de avaliação econômica, bem como créditos em conta corrente e/ou reservas contábeis.

Capítulo III – Administração

Cláusula 12ª – A administração da sociedade será exercida individualmente pelos Administradores **Diego Brites Ramos**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 25/01/1978, natural de Florianópolis SC, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº 1.575.752/SSP/SC e CPF nº 004.436.379-62, residente e domiciliado

3 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

10/10/2018

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

na Rua Esteves Junior, nº 680, apto. 901, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130, e **Rafael Araújo Silva**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 30/07/1978, natural de Florianópolis SC, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.087.339-8 SSP/SC e do CPF 003.392.439-29, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Emílio Meyer, nº 05, Apartamento 201, A2, Bairro Coqueiros, CEP 88080-210, dispensados de prestar caução, autorizados a fazer uso do nome empresarial no melhor interesse da sociedade, com as responsabilidades definidas nos artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404, ficando expressamente vedada a prática de atos ou operações estranhas ao objeto social.

Parágrafo Primeiro – A função de Sócio Administrador cessa-se pela renúncia, tendo este a obrigatoriedade de informar os demais quotistas num prazo de 30 (trinta) dias antes de sua saída. A destituição de Administrador opera-se pela decisão dos quotistas que representem $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, respeitadas eventuais causas de destituição estabelecidas por Acordo Societário.

Parágrafo Segundo – O Administrador poderá constituir procurador(es) *ad negotia*, em nome da Sociedade.

Parágrafo Terceiro – A(s) *prócuração(ões) ad negotia* outorgada(s) em nome da Sociedade deverá(ão) ser assinada(s) pelo Administrador, sendo nela especificados expressamente os poderes conferidos ao(s) procurador(es), com vedação de substabelecimento de poderes, indicando o prazo de validade e eventualmente fixando limites de alçada.

Parágrafo Quarto – Quaisquer atos praticados por administradores, procuradores ou por sócios da Sociedade, envolvendo obrigações relacionadas com negócios e operações estranhos ao objeto social, tais como fiança, avais ou quaisquer outras garantias de favor à terceiros, são expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quanto à Sociedade.

Parágrafo Quinto – Eventual fiança, aval ou qualquer outra garantia gratuita em benefício de empresa(s) controladora(s) serão permitidos.

Cláusula 13ª – Quanto aos atos abaixo descritos, para obrigarem a Sociedade, deverão, necessariamente ser assinados pelo Administrador, desde que previamente autorizado por Reunião de Sócios:

- a) a representação da Sociedade perante terceiros, ativa e passivamente em todos os atos em que se tratar de adquirir, alienar, permutar, penhorar ou onerar, sob qualquer forma bens imóveis e ainda valores mobiliários representativos de participações societárias;
- b) a aquisição de qualquer participação acionária em outras sociedades e o envolvimento da Sociedade em quaisquer negócios estranhos ao objeto social;
- c) a fusão, incorporação, cisão e liquidação da Sociedade, seja voluntária ou decorrente de Lei;
- d) o pedido de autofalência ou de pedido de recuperação econômica;
- e) a outorga de qualquer garantia ou indenização para cobrir responsabilidades ou obrigações de quaisquer terceiros, bem como a realização de qualquer ato gratuito em nome da Sociedade;
- f) a aquisição de quaisquer debêntures, títulos, títulos de créditos em geral de qualquer sociedade, ou quaisquer direitos a eles relativos, exceto no curso normal dos negócios relativos à administração do caixa da Sociedade;

4 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018

Cláusula 14ª – A representação da Sociedade, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete ao Administrador.

Cláusula 15ª – O Administrador e os demais diretores perceberão, a título de remuneração “pró-labore”, quantia mensal a ser fixada em Reunião de Sócios.

Cláusula 16ª – Os deveres do Sócio Administrador são:

- a) zelar pela observância da lei, do Contrato Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Reuniões dos Sócios;
- b) fixar a política da administração da Sociedade e superintendência dos negócios sociais tomando as deliberações que se fizerem necessárias;
- c) apresentar o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras, procedendo ao inventário, bem como ao balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade;
- d) autorizar a constituição de procuradores judiciais e extrajudiciais, estabelecendo poderes e fixando prazo de validade dos respectivos mandatos;
- e) deliberar sobre questões que não tenham sido previstas nesse instrumento e que não tenham sido reservadas à competência privativa da Reunião dos Sócios.

Parágrafo Único – Devem observar os mesmos deveres o(s) eventual(is) Procurador(es) *ad negotia* quando agirem em favor da Sociedade.

Capítulo IV – Reunião dos Sócios

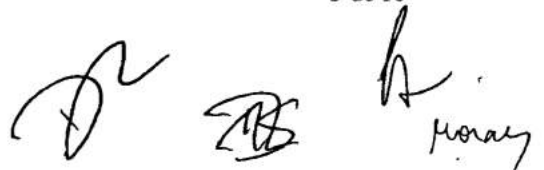
Cláusula 17ª – Os quotistas reunir-se-ão, obrigatoriamente 1 (uma) vez ao ano, ou quando necessário, mediante convocação na forma da Lei por escrito endereçada a cada um dos sócios especificando o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os quotistas acordem diferentemente. Das reuniões realizadas serão elaboradas as respectivas Atas, as deliberações em geral deverão ser aprovadas por maioria de votos, exceto em relação aquelas matérias que exigirem quórum superior, sendo que a cada quota de capital social caberá um voto. Para que as reuniões possam se instalar e validamente é necessária a presença dos quotistas que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro – O Sócio que não puder comparecer a reunião poderá ser representado por outro Sócio ou por advogado, na forma da Lei, mediante outorga de mandato por escrito com especificação dos atos autorizados.

Parágrafo Segundo – As reuniões serão presididas pelo quotista que for escolhido pela maioria dos presentes. Caberá ao Presidente da reunião a escolha do secretário, que poderá ser *ad hoc*.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a publicação dos avisos no Diário Oficial ou em outro órgão de divulgação das convocações da Reunião de Sócios para tratar de deliberações sociais desde que todos os Sócios tenham sido cientificados por qualquer outro meio disponível, especialmente por carta AR e que de forma inequívoca torne certo o conhecimento da existência da Reunião com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, bem como a data, local, horário e ordem do dia.

5 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018

Parágrafo Quarto – As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato vinculam todos os Sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula 18ª – Os quotistas deverão exercer o direito de voto no interesse da Sociedade.

Parágrafo Primeiro – Considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Sociedade ou a outros quotistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Sociedade ou aos demais quotistas.

Parágrafo Segundo – Responderá o quotista pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

Parágrafo Terceiro – A deliberação tomada em decorrência do voto de quotista que tem interesse conflitante com o da Sociedade é anulável, e o quotista responderá pelos danos causados, bem como será obrigado a transferir para a Sociedade as vantagens que tiver auferido.

Parágrafo Quarto – O quotista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do Capital Social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Sociedade.

Capítulo V – Exercício Social

Cláusula 19ª – O exercício social coincidirá com o ano civil, tendo início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano do calendário, quando os Administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, do balanço de resultado econômico e demais demonstrações contábeis requeridas por Lei.

Parágrafo Primeiro – Após as deduções, realizadas as depreciações e provisões legais, o saldo será destinado a deliberação em reunião dos Sócios, podendo ser distribuído entre os quotistas de modo não proporcional ao respectivo número de quotas, ou creditado na conta de Lucros Acumulados, a critério dos quotistas representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social. Outrossim, poderão os quotistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, ou ainda destinar o lucro de qualquer outra forma.

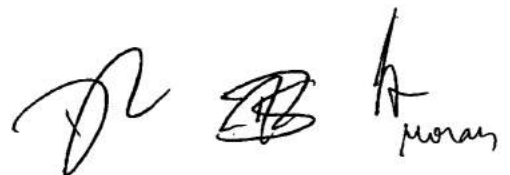
Parágrafo Segundo – Os quotistas serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados por este contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem em prejuízo do Capital.

Parágrafo Terceiro – A critério dos quotistas representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, em qualquer época do ano poderão ser levantados balanços patrimoniais intermediários, para fins de distribuição ou capitalização de lucros, bem como para pagamento de juros sobre o capital.

Capítulo VI – Direito de retirada, falecimento de Sócio e casos de resolução em relação a Sócio(s)

Cláusula 20ª – Os Sócios poderão exercer seu direito de retirada sempre que ocorrer um dos

6 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018

atos indicados na Lei (art. 1.029 ou art. 1.077 do Código Civil Brasileiro), cabendo ao interessado comunicar a Administração da Sociedade em até 30 (trinta) dias da sua decisão, quando serão apurados os seus haveres conforme balanço de determinação especialmente levantado com apuração dos ativos a preço médio de mercado, em até 60 (sessenta) dias após a comunicação formal e pago ao Sócio que exerceu o direito de retirada em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais, acrescidas de correção monetária de acordo com a variação do INPC, sendo a primeira prestação devida decorridos 30 (trinta) dias da aprovação do balanço de determinação, e no mesmo ato da assinatura da respectiva alteração contratual.

Parágrafo Primeiro – Será admitida a retenção de haveres por parte da Sociedade a título de contingenciamento de perdas prováveis decorrentes de atos e/ou omissões de responsabilidade direta e/ou indireta, exclusiva e/ou concorrente do sócio retirante pelo prazo de até cinco anos.

Parágrafo Segundo – Será admitida a compensação de haveres retidos perante a Sociedade pela ocorrência de perda decorrente de atos e/ou omissões de responsabilidade direta e/ou indireta, exclusiva e/ou concorrente do sócio retirante.

Parágrafo Terceiro – O(s) sócio(s) poderá(ão) exercer o direito de preferência na aquisição das cotas do sócio que retirou-se da Sociedade, pelo prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do balanço de que trata esta cláusula, assegurada a preferência a quem adquirir o lote total das cotas do sócio que se retira, ou, se houver disputa em igualdade de condições, o rateio entre estes na proporção de suas cotas no capital social.

Cláusula 21ª – No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos Sócios não será dissolvida a Sociedade, que continuará na pessoa dos herdeiros do Sócio falecido, exceto se houver Acordo de Sócios que disponha de modo diverso, valendo observar que não haverá prejuízo ao direito sucessório dos herdeiros.

Parágrafo Primeiro – O falecimento do Sócio não o exime, ou de seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores que possuía na qualidade Sócio, até dois anos após averbada a respectiva alteração contratual.

Parágrafo Segundo – Os herdeiros do Sócio falecido podem optar por não ingressar na Sociedade, devendo, neste caso, comunicar formalmente a Sociedade para apuração dos respectivos haveres, que serão calculados e pagos à semelhança do disposto na Cláusula 20ª acima, podendo a Reunião de Sócios, neste caso, com o quórum de ¾ (três quartos) do capital social, diminuir o número de prestações mensais para pagamento dos haveres respectivos.

Cláusula 22ª – A maioria dos Sócios poderá excluir Sócio por justa causa, nos termos do art. 1.085 do Código Civil, pelo quórum da maioria absoluta em Reunião de Quotistas especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Primeiro – Será excluído da Sociedade por justa causa o Sócio que utilizar do nome da Sociedade para adquirir benefícios próprios ou para empresa em que seja sócio; agir contra os interesses da Sociedade; colocar em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade; praticar atos de liberalidade à custa da Sociedade, bem como as infrações aos deveres e obrigações constantes nos artigos 153 a 156 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, bem como os descritos no Código Civil.

7 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018

Parágrafo Segundo – A exclusão também será devida se houver a decretação de falência e/ou insolvência civil, de quaisquer dos quotistas.

Parágrafo Terceiro – Poderá ser excluído desta Sociedade o Sócio remisso que não integralizar totalmente suas quotas subscritas no prazo determinado nesse contrato.

Parágrafo Quarto – A Reunião de Sócios para eventual exclusão de Sócio deverá ser convocada na forma da Lei, neste caso, com 15 (quinze) dias de antecedência, e Notificação endereçada ao mesmo com a exposição dos motivos e circunstâncias detalhadas, de modo que possa exercer seu direito de defesa.

Parágrafo Quinto – Em Reunião de Sócios com o objeto disposto nesta cláusula é vedado o voto do Sócio que possui conduta a ser examinada na respectiva deliberação.

Parágrafo Sexto – Decidida a exclusão serão apurados os haveres do quotista excluído, através de balanço de determinação especialmente levantado com apuração dos ativos a preço médio de mercado, a ser elaborado em até 60 (sessenta) dias após na data da exclusão.

Parágrafo Sétimo – Em até 30 (trinta) dias da aprovação do balanço de determinação acima referido, a Sociedade pagará ao sócio excluído seus haveres em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC ou outro índice que venha substituí-lo.

Parágrafo Oitavo – Será admitida a retenção de haveres por parte da Sociedade a título de contingenciamento de perdas prováveis decorrentes de atos e/ou omissões de responsabilidade direta e/ou indireta, exclusiva e/ou concorrente do sócio excluído pelo prazo de até cinco anos.

Parágrafo Nono – Será admitida a compensação de haveres retidos perante a Sociedade pela ocorrência de perda decorrente de atos e/ou omissões de responsabilidade direta e/ou indireta, exclusiva e/ou concorrente do sócio excluído.

Parágrafo Décimo – O(s) sócio(s) poderá(ão) exercer o direito de preferência na aquisição das cotas do sócio que retirou-se da Sociedade, pelo prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do balanço de que trata esta cláusula, assegurada a preferência a quem adquirir o lote total das cotas do sócio que se retira, ou, se houver disputa em igualdade de condições, o rateio entre estes na proporção de suas cotas no capital social.

Capítulo VII – Alterações do Contrato Social

Cláusula 23ª – O presente instrumento poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação dos quotistas.

Cláusula 24ª – O quórum deliberativo para as alterações no contrato social desta Sociedade será definido da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – Para designação de Administrador não-sócio, desde que o Capital Social não esteja totalmente integralizado, o ato se aperfeiçoará mediante aprovação unânime dos quotistas.

8 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018

Parágrafo Segundo – Para designação de Administrador não-sócio, com o Capital Social totalmente integralizado, o ato se aperfeiçoará mediante aprovação de quotistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do Capital Social.

Parágrafo Terceiro – Para deliberações sobre aumento e redução de capital, retirada e ingresso de sócio, fusão, cisão, incorporação, mudança ou complemento de objeto social o ato se aperfeiçoará mediante aprovação de ¾ (três quartos) dos quotistas.

Parágrafo Quarto – Para as demais deliberações o quórum será da maioria absoluta.

Capítulo VIII – Transformação da Sociedade

Cláusula 25ª – A Sociedade poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no artigo 220 da Lei n.º 6.404/76, mediante deliberação de ¾ (três quartos) dos quotistas.

Capítulo IX – Liquidação e dissolução da Sociedade

Cláusula 26ª – A Sociedade entrará em dissolução e liquidação nos casos previstos em Lei, ou ainda mediante decisão dos Sócios que representem ¾ (três quartos) do capital social. Neste caso, o liquidante será escolhido em votação onde esteja representada a maioria do capital social, onde cada quota representará um voto.

Parágrafo Único – Os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os quotistas em proporção ao número de quotas que cada um possuir.

Capítulo X – Acordos de Sócios Quotistas

Cláusula 27ª – São admissíveis os Acordos de Sócios Cotistas firmados entre Sócios, que para possuírem eficácia deverão restar arquivados na sede social.

Capítulo XI – Arbitragem

Cláusula 28ª – A Sociedade, seus Sócios e Administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato Social da Sociedade e nas normas aplicáveis às Sociedades Limitadas.

Capítulo XII – Disposições finais

Cláusula 29ª – Os Administradores comprometem-se a ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, expressamente declarando, ademais, não estarem incursos em nenhuma das hipóteses de impedimento ao exercício da atividade mercantil previstas no artigo 1.011, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, ou seja, que não são impedidos por lei especial, não foram condenados por qualquer pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita

9 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

10/10/2018

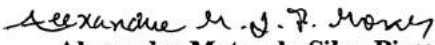
ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e, finalmente, que não foram condenados por qualquer crime contra a propriedade.

Cláusula 30ª – O Sócio que se retirar da Sociedade ou dela for excluído, além dos herdeiros do Sócio falecido, não ficam eximidos da responsabilidade das obrigações que possuía como sócios perante a Sociedade por até 2 (dois) anos da averbação da alteração contratual que reportar a respectiva saída. É dever do Sócio retirante ou excluído requerer a averbação de sua saída junto ao registro do comércio, já que o prazo de 2 (dois) anos somente começa a contar da averbação do ato.

Cláusula 31ª – Este contrato será regido de acordo com a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, especificamente no Capítulo IV – Da Sociedade Limitada, e nas omissões deste Capítulo terá subsidiariamente a regência supletiva da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas respectivas alterações.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento particular de contrato em 01 (uma) via que será levada a registro junto ao órgão competente.

Florianópolis, 28 de setembro de 2018.


Alexandre Matos da Silva Pires de Moraes


Baltic Participações Ltda.
Diego Brites Ramos


Cesar Henrique Schmitzhaus


Diego Brites Ramos


Rafael Araújo Silva

10 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

10/10/2018

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;



188148620

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	TELTEC SOLUTIONS LTDA
PROTOCOLO	188148620 - 05/10/2018
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

MATRIZ

NIRE 42203115028
CNPJ 04.892.991/0001-15
CERTIFICO O REGISTRO EM 09/10/2018
SOB N: 20188148620



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

10/10/2018

Certifico o Registro em 09/10/2018

Arquivamento 20188148620 Protocolo 188148620 de 05/10/2018 NIRE 42203115028

Nome da empresa TELTEC SOLUTIONS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 107143232415248

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/10/2018 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;